

Institutos de Pesquisa de SP perdem funcionários e sofrem para manter vivo patrimônio científico e intelectual

Por Herton Escobar/O Estado de S.Paulo

Aos 61 anos de idade, 37 deles dedicados à pesquisa científica, Yara Aiko Tabata já poderia estar aposentada desde 2010. Não se aposenta porque não quer ver sua pesquisa morrer. Ela é a única pesquisadora em atividade na Estação Experimental de Salmonicultura do Estado de São Paulo, responsável por um tradicional programa de pesquisa e reprodução de trutas em Campos do Jordão, nas montanhas do Vale do Paraíba. O único cientista que atuava ao lado dela – seu marido – morreu em junho de 2012.

Histórias semelhantes à de Yara podem ser ouvidas nos laboratórios, museus e campos de experimentação de quase todos os Institutos de Pesquisa (IPs) vinculados ao governo do Estado. São 19 ao todo, subordinados a quatro secretarias (Agricultura, Meio Ambiente, Saúde e Planejamento). Entre eles, vários centros históricos e de referência em suas áreas, como o Instituto Agrônomo de Campinas, o Instituto Biológico, o Florestal, o Geológico, o de Pesca, o de Botânica, o de Economia Agrícola, o Adolfo Lutz, o Butantã, o Dante Pazzanese e o Pasteur.

Juntos, os IPs têm cerca de 1,5 mil pesquisadores em atividade, mas deveriam ter cerca 2,2 mil. Mais de um quarto (28%) dos cargos de pesquisador estão vagos nos 19 IPs. Na soma de todas as carreiras, incluindo os cargos de apoio técnico e administrativo, os institutos estão operando com apenas metade, aproximadamente, do quadro de funcionários que deveriam ter, segundo dados compilados pela Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC) e diretores dos IPs. A outra metade foi esvaziada ao longo dos últimos anos por aposentadorias, mortes, exonerações e perda de funcionários para outras instituições.

O intervalo médio entre um concurso e outro tem sido de dez anos, e o problema se agrava diariamente com o envelhecimento do corpo científico. Mais da metade (52%) dos cerca de 1.560 pesquisadores em atividade nos IPs tem entre 50 e 70 anos, o que significa que muitos deles estão próximos ou já com idade para se aposentar.



Sede atual do Instituto Geológico, na Água Funda

Crédito: Nilton Fukuda/Estação

Subordinado à Secretaria da Saúde, o Butantan é o único dos IPs que tem uma fundação de apoio própria, de caráter privado (a Fundação Butantan), o que ajuda – e muito – a proteger a saúde financeira do instituto. “A verba de custeio que a gente recebe do Estado não paga nem as contas de água e luz”, diz o pesquisador Lanfranco Troncone, do Laboratório de Farmacologia, pesquisador do instituto desde 1987.

“Em vez de fazer pesquisa, eles têm de ficar cuidando da infraestrutura dos laboratórios”, afirma o entomólogo Laerte Machado, pesquisador do Instituto Biológico desde 1983 e presidente da APqC desde 2012.

No Instituto de Pesca (Ipesca), por exemplo, há 71 cargos vagos de auxiliar de pesquisa, 27 de assistente técnico e 40, de agentes de apoio. A sede do instituto em Santos está sem serviço de limpeza desde outubro, quando venceu o último contrato, e o Museu de Pesca da instituição opera praticamente sem pessoal. Sem previsão de quando um novo contrato de limpeza será assinado, pesquisadores do instituto foram orientados por e-mail a “conservar limpo seus locais de trabalho e as demais áreas comuns, muito especialmente sanitários e copa, além de colaborarem com o recolhimento do lixo de suas unidades”.

“O desestímulo é muito grande; a gente trabalha em condições humilhantes”, desabafa a bióloga Roseli Torres, curadora do herbário do IAC e pesquisadora do instituto desde 1989. “Hoje em dia nem limpeza decente dentro do instituto a gente tem. Quem varre o chão e tira o lixo do banheiro somos nós.”

SINTPq reúne mais de 100 pessoas em Mostra de Cinema sobre Direitos Humanos

O SINTPq, em parceria com o SindJor, realizou entre os dias 03 e 06 de fevereiro a 8ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul no Museu da Imagem e do Som (MIS) de Campinas. Ao todo, mais de 100 pessoas passaram pelo local durante as exposições, que trataram de temas como direito das pessoas com deficiência, população LGBT, memória e verdade, população negra, segurança pública e não-violência, combate à tortura, democracia, direitos do trabalhador, juventude, direito humano à moradia, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

A organização da Mostra foi realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com o Ministério da Cultura e produção da Universidade Federal Fluminense, patrocínio da



Debate após exibição do filme Domésticas, no MIS Campinas

Petrobras e do BNDES. Os filmes contemplados foram todos realizados em países da América do Sul.

FGTS: Trabalhadores podem aderir à segunda etapa da ação coletiva!

Os trabalhadores associados ao SINTPq (ou aqueles que se associarem) e que ainda não aderiram à ação para revisão do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) podem agora participar da segunda etapa da ação coletiva. Os interessados devem encaminhar e-mail para processos@sintpq.org.br informando nome completo, RG, CPF e número do PIS até o dia 28 de fevereiro.

A ação é devida a todos os trabalhadores que contribuíram com o Fundo entre 1991 e 2012, período em que a remuneração do FGTS ficou abaixo da inflação. As perdas neste período, de acordo com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), podem chegar a 90%.

Apesar de ser uma ação cível (e não trabalhista), os custos iniciais e possíveis sucumbências serão pagas pelo SINTPq. Em caso de decisão favorável, o trabalhador deverá arcar somente com os honorários advocatícios de 10%.

